



- (1) **ATA DA VIGESIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
(2) **ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES PARANÁ**, realizada nos dias 15 e
(3) 16 de Abril de 2014, com início às 8:30 horas, no Hotel Master, localizado na Rua
(4) Francisco Torres, 285, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros:
(5) **MANDATO 2011/2014: 01) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**, titular,
(6) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das
(7) Associações de Moradores – CONAM; **02) Antonio Marcos Dorigão**, Titular, Área
(8) Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – FECEA; **03) Aparecido da Silva Castro**,
(9) suplente, Movimentos Sociais e Populares – Confederação Nacional das Associações
(10) de Moradores; **04) Cincinato Augusto Buzato**, titular, segmento Poder Público
(11) Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense
(12) – AMUSEP; **05) Edilene Teresinha da Silva**, suplente, segmento Movimentos
(13) Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM;
(14) **06) Eliete de Campos Lima**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares –
(15) Movimento Nacional de Luta pela Moradia; **07) Elizabeth Bueno Cândido**, titular,
(16) segmento Movimentos Sociais e Populares – Central de Movimentos Populares -
(17) CMP; **08) Gilmário Ferraz da Silveira**, titular, segmento Poder Público Estadual,
(18) entidade Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **09) Hélio**
(19) **Bampi**, titular, área Empresarial – Federação das Indústrias do Estado do Paraná –
(20) FIEP; **10) Hilma de Lourdes Santos**, titular, Movimentos Sociais e Populares –
(21) Movimento Nacional de Luta pela Moradia; **11) Honorina Irene Silva Santos**,
(22) suplente, Movimentos Sociais e Populares – Central de Movimentos Populares -
(23) CMP; **12) José Abel Brina Olivo**, suplente, segmento Organizações Não
(24) Governamentais – ONG’S, entidade Observatório Social de Guarapuava; **13) José**
(25) **Aparecido Leite**, titular, segmento Organizações Não-Governamentais – ONG’s,
(26) entidade Instituto Brasileiro dos Deficientes Visuais em Ação – IBDVA; **14) José**
(27) **Ricardo Vargas de Faria**, titular, segmento Área Profissional, Acadêmica e de
(28) Pesquisa, entidade Universidade Federal do Paraná – UFPR; **15) Jurandir**
(29) **Guatassara Boeira**, titular, Poder Público Estadual, Companhia de Habitação do
(30) Paraná – COHAPAR; **16) Libina da Silva Rocha**, suplente, Movimentos Sociais e
(31) Populares – UMP; **17) Lindelma Furtado de Melo Chionpato**, suplente, Poder
(32) Público Municipal – AMEPAR; **18) Luiz de Mauro**, titular, segmento Movimentos
(33) Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores
(34) – CONAM; **19) Lyana Bacil**, suplente, Poder Público Estadual, Secretaria de Estado
(35) do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **20) Marcia Gomes de Oliveira Marinho**,
(36) titular, Movimentos Sociais e Populares – MNLM; **21) Maria das Graças Silva de**
(37) **Souza**, titular, Movimentos Sociais e Populares – UMP; **22) Marli Segato Babinski**,
(38) suplente, Trabalhadores – Sindicato dos Empregados do Comércio de Pato Branco;
(39) **23) Mauro Sergio Langowski**, titular, Movimentos Sociais e Populares – CMP; **24)**
(40) **Neuza Matias Catarino**, titular, Movimentos Sociais e Populares – União por
(41) Moradia Popular do Estado do Paraná; **25) Orlando Bonette**, titular, Movimentos
(42) Sociais e Populares – União por Moradia Popular; **26) Osni Bazilio Mendes**, titular,
(43) Poder Público Municipal Executivo – Associação dos Municípios da Região
Metropolitana de Curitiba; **27) Paulo Nobukuni**, suplente, Profissional Acadêmica e



- (44) de Pesquisa – UNICENTRO; **28) Ronald Peixoto Drabik**, titular, Área Empresarial
(45) – Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Cascavel - ACIC; **29) Rosa**
(46) **Maria Moura da Silva**, titular, segmento Poder Público Estadual, entidade Instituto
(47) Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES; **30) Sebastião**
(48) **Francisco Rego**, titular, Movimentos Sociais e Populares – CMP; **31) Sérgio**
(49) **Ferreira Doszanet**, suplente, Movimentos Sociais e Populares – Confederação
(50) Nacional das Associações de Moradores; **32) Sirlei Cesar de Oliveira**, suplente,
(51) área dos Trabalhadores – FETRACONSPAR; **33) Terezinha Aparecida de Lima**,
(52) suplente, Movimento Sociais e Populares – Central de Movimentos Populares; **34)**
(53) **Valdir Aparecido Mestriner**; titular, área dos Trabalhadores – SINDIURBANO;
(54) **35) Zilda Maria Cavalarini**, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade
(55) Central de Movimentos Populares – CMP. **MANDATO 2014-2017: 01) Acir**
(57) **Ribeiro de Queiroz**, suplente, Movimento Sociais e Populares – CONAM; **02)**
(58) **Ailton Martins Lima**, suplente, ONG's – APOFILAB; **03) Andrea Luiza**
(59) **Curalinho Braga**, titular, Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CRESS; **04)**
(60) **Carlos Aparecido S. Melo**, titular, área dos Trabalhadores – SINDCERV; **05)**
(61) **Claudio Jesus de Oliveira Esteves**, titular, Poder Público Estadual – IPARDES; **06)**
(62) **Elair de Macedo E Silva Gracani**, titular, ONG's – CEDEA; **07) Fabio Cesar**
(63) **Stele**, suplente, Poder Público Estadual – DETRAN; **08) Fausto Yoshinori Anami**,
(64) suplente, Poder Público Municipal Executivo – AMEPAR; **09) Gislene de Fátima**
(65) **Pereira**, suplente, Poder Público Federal – UFPR; **10) Iraci Isabel Rocha**, titular,
(66) Poder Público Estadual – DETRAN; **11) João Alberto Verçosa Silva**, titular, Área
(67) Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CREA; **12) João Francisco Ferreira**,
(68) titular, ONG's – Associação Guaraiense de Pessoas com Deficiência-Vida Nova;
(69) **13) Jocely Maria Thomazoni Loyola**, suplente, Poder Público Estadual –
(70) COHAPAR; **14) José Borges**, suplente, Movimento Sociais e Populares – MNLM;
(71) **15) José Carlos Sales**, suplente, Movimento Sociais e Populares – UMP; **16) José**
(72) **de Souza Leal Neto**, titular, Poder Público Federal – SPU; **17) Joselli Colaço**,
(73) suplente, Movimento Sociais e Populares – CMP; **18) José Rubel**, titular, Poder
(74) Público Estadual – SEMA; **19) Luiz Eduardo Marques Halila**, titular, Poder
(75) Público Estadual – SEDU; **20) Luis Cândido Ferreira Martins**, suplente,
(76) Empresários – SINDICON-NORTE-PR; **21) Marcos Antônio Levandoski**,
(77) suplente, Poder Público Municipal – AMCG; **22) Moacyr Miranda de**
(78) **Oliveira**,suplente, Movimento Sociais e Populares – UMP; **23) Neuroci Antonio**
(79) **Frizzo**, titular, Poder Público Municipal – AMOPI; **24) Nilson Lopes Andrade**,
(80) titular, Poder Público Municipal – AMUVI; **25) Olga Lúcia Castreghini de Freitas**
(81) **Firkowski**, titular, Poder Público Federal, Universidade Federal do Paraná – UFPR;
(82) **26) Silvio José Gonçalves**, titular, Movimento Sociais e Populares – MNLM; **27)**
(83) **Walter Xavier**, titular, Empresários - ACP. Presente como visitante: **Clarice**
(84) **Metzner**. Tendo a seguinte pauta: **Dia 15/06/2014** 1. Abertura Regimental; 2. Posse
(85) dos Conselheiros – Gestão 2014-2017; Entrega dos Certificados – Gestão 2010-2013;
(86) Almoço; 3. Reunião das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho. **Dia 16/04/2014:** 1.
(87) Informes da Secretária Executiva CONCIDADES PR; 2. Aprovação da Pauta da 23ª
Reunião Ordinária; 3. Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária; 4. Indicação da



(88) Comissão Organizadora da 24ª Reunião Ordinária; 5. Aprovação do calendário das
(89) Reuniões Ordinárias de 2014; 6. Apresentação de relatório da Câmara Técnica de
(90) Saneamento; 7. Apresentação de relatório da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte
(91) e Mobilidade Urbana; 8. Apresentação da Câmara Técnica de Habitação; 9.
(92) Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo. **Pauta Dia**
(93) **15/04/2014:** Abertura feita pelo Secretário Executivo do CONCIDADES-PR Sr.
(94) Mauro Rockenbach. O Sr. Secretário Executivo convidou os membros da Comissão
(95) Organizadora da 23ª R.O. para compor a mesa: Conselheiros Osni Bazilio Mendes –
(96) Poder Público Municipal; Paulo Nobukuni – Profissionais, Acadêmicos e de
(97) Pesquisa; Marli Segato Babinski– Área de Trabalhadores; José Aparecido Leite –
(98) ONG’s; Walter Xavier – Área Empresarial; Luiz de Mauro – Movimentos Sociais;
(99) Rosa Maria Moura – Poder Público Estadual; Dr. Alberto Velloso – Procurador de
(100) Justiça; Jurandir Guatassara Boeira – representando o Presidente da COHAPAR Sr.
(101) Mounir Chaowiche; e João Carlos Ortega – Secretário de Estado do
(102) Desenvolvimento Urbano. Composta a mesa, o Representante da COHAPAR e
(103) também Conselheiro o Sr. Jurandir Guatassara Boeira cumprimenta a todos os
(104) Conselheiros e também os membros da mesa e faz desejos ao novo Conselho, que
(105) seja um período profícuo. Diz “que este mandato promete ser um mandato em que o
(106) Conselho se coloque de forma mais efetiva sobre as questões que se referem a
(107) transporte, saneamento, habitação, àquelas questões que nos são pertinentes.”
(108) Procurador de Justiça Dr. Alberto Vellozo saúda a toda a mesa e a todos presentes na
(109) plenária. Afirmando como é grande o desafio de discutir as cidades, o tema urbano é
(110) um desafio de envergadura do País, não só do Estado: “Porque as cidades não
(111) conhecem limites, fronteiras, nem nenhuma dessas determinações do processo. O
(112) Brasil tem esse formato democrático de Conselhos a partir da Constituição de 1988.
(113) Tinha-se alguma experiência antes, mas os Conselhos vagavam conforme as
(114) conveniências da administração pública. O formato de Conselho que nós temos hoje,
(115) é um formato que, teoricamente, não está só sob a vontade, mando e comando dos
(116) agentes do Poder Público. Nós só podemos ter um Conselho que se diga de fato
(117) democrático quando se colocam dois pontos: a eleição democrática e que, mais
(118) importante, ele dê o retorno à base a qual represente, que ele realmente traga o seu
(119) anseio. Caso isso não aconteça, ele não legitima sua representação. E os Conselheiros
(120) carregam essa imensa responsabilidade”, finaliza. João Carlos Ortega, Secretário de
(121) Estado do Desenvolvimento Urbano, representando o Governador do Estado do
(122) Paraná inicia seu discurso parabenizando a todos os Conselheiros, aqueles que estão
(123) saindo pelo trabalho realizado e também aqueles que estão entrando. Reconhece a
(124) importância do Conselho Estadual e relembra a Conferência Estadual, realizada em
(125) Foz do Iguaçu, que foi a maior Conferência do País. Afirma que o Governo do
(126) Estado tem trabalho junto às boas causas e tem sido parceiro junto ao Conselho
(127) Estadual. Ortega comenta que no ano de 2012, foi lançado o maior programa de
(128) transferência voluntária aos municípios, que atendeu, principalmente, os municípios de
(129) porte pequeno do Estado do Paraná. Concluiu, dizendo que o diferencial desse
(130) programa foi que quem decidiu o uso do investimento foi à própria comunidade. Faz
uma referência especial à COHAPAR, colocando que a mesma tem sido prestigiada



(131) pelo Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, como um dos melhores
(132) parceiros do Programa de Habitação, que tem surtido um grande resultado positivo.
(133) Reforça o compromisso dos Conselheiros, colocando que suas responsabilidades,
(134) seus trabalhos, levantamento das demandas e discussões são de essencial importância
(135) para o desenvolvimento do Estado. Feitas estas considerações, o Secretário
(136) Executivo do CONCIDADES PR Mauro Rockenbach diz que esta é a primeira
(137) Reunião do Sr João Carlos Ortega como Secretário de Estado, que vem a substituir o
(138) Sr. Carlos Roberto Massa Junior – Ratinho Junior, Secretário até então. Afirma que o
(139) Sr. Ortega é muito operativo, que gosta do que faz e faz seu trabalho muito bem.
(140) Comenta que é muito importante ao Conselho ter um Secretário assim, participativo,
(141) que certifica e acompanha o andamento do trabalho. Inicia, por fim, a Solenidade de
(142) Posse da 3ª Gestão do Conselho Estadual das Cidades. Tomaram Posse os seguintes
(143) Conselheiros presentes (Titulares e Suplentes): Anselmo Schwertner; Hilma de
(144) Lourdes Santos; Honorina Irene da Silva Santos; Lábina da Silva Rocha; Luiz
(145) Antunes Rodrigues; Luiz de Mauro; Maria das Graças Silva de Souza; Nilson Elisio
(146) Pereira; Orlando Bonette; Sebastião Francisco Rego; Silvio José Gonçalves; Claudio
(147) Jesus de Oliveira Esteves; Gilmário Ferraz da Silveira; Iraci Izabel Rocha; Jurandir
(148) Guatassara Boeira; Lídio Akio Sasaki; Luiz Eduardo Marques Halila; Wilson Bley
(149) Lipski; José Rubel; Cincinato Augusto Buzato; Neuroci Antonio Frizzo; Nilson
(150) Lopes Andrade; Márcia Ferreira da Silva; José de Souza Leal Neto; Olga Lucia
(151) Castreghini de Freitas Firkowski; Hélio Bampi; Ronald Peixoto Drabik; Walter
(152) Xavier; Denilson Pestana da Costa; Sirlei Cesar de Oliveira; Valdir Aparecido
(153) Mestriner; Carlos Aparecido da Silva de Melo; Andrea Luiza Currelino Braga; João
(154) Alberto Verçosa Silva; Paulo Nobukuni; Elair Macedo e Silva Grassani; João
(155) Francisco Ferreira; Acir Ribeiro de Queiroz; Aparecido da Silva Castro; Eliete de
(156) Campos Lima; José Borges; José Carlos Sales; Joseli Collaço; Marcia Gomes de
(157) Oliveira Marinho; Moacyr Miranda de Oliveira; Zilda Maria Cavalari; Fabio Cesar
(158) Stele; Jocely Maria Thomazoni Loyola; Lyana Bacil; Fausto Yoshionori Anami;
(159) Marcos Antonio Levandoski; Hemerson Yokota; Gislene de Fátima Pereira; Luiz
(160) Candido Ferreira Martins; Rui Dalcion Rocha Rossetim; Marli Segato Babinski; José
(161) Ricardo Vargas de Faria; Ailton Lima Martins; José Abel Brina Olivo. Após a
(162) Solenidade de Posse houve a entrega dos certificados de participação aos
(163) Conselheiros da 2ª Gestão (2010-2013). Findada a pauta do dia 15/04/2014,
(164) encerramento feito pelo Secretário Executivo do CONCIDADES. **Pauta dia**
(165) **16/04/2014:** Abertura regimental feita pelo Senhor Mauro Rockenbach, o qual
(166) dispensou a leitura dos Informes para a 23ª Reunião Ordinária, por ser extenso e
(167) informou a todos que os mesmos estavam disponíveis com a Secretária Executiva.
(168) **1) Informes da Secretaria Executiva: 1) Conselheiros que justificaram ausência**
(169) **na 23ª Reunião Ordinária: Carlos Roberto Bittencourt (Titular)** – Poder Público
(170) Estadual – SEAB; **Claudio Roberto Kahler (Suplente)** – Área Empresarial –
(171) Associação Comercial e Industrial e Marechal Cândido Rondon; **Dimas Cesar**
(172) **Bragagnolo (Suplente)** – Área Empresarial – Associação Comercial e Industrial de
(173) Foz do Iguaçu; **Douglas Roberto Lopes dos Santos (Suplente)** – Área Empresarial
– Cooperativa de Habitação Urbana de Pato Branco; **Gislene de Fátima Pereira**



(174) **(Suplente)** – Poder Público Federal - UFPR; **Jailson Monteiro de Oliveira**
(175) **(Titular)** - Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CRECI; **Joel Kruguer**
(176) **(Suplente)** - Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CREA; **Juarez Sustena**
(177) **Barbosa (Suplente)** – Poder Público Federal – SPU; **Julio Takeshi (Suplente)** –
(178) Poder Público Estadual – IPARDES; **Karen Odette Bruckheimer (Suplente)** -
(179) Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CRP-08; **Luciano Marcelo Dias**
(180) **Queiroz (Suplente)** – Poder Público Municipal – AMUNORPI; **Marcel Junior**
(181) **Batista de Oliveira (Suplente)** – Poder Público Municipal - Câmara Municipal de
(182) Abatiá; **Mirabel Caldeira Lopes (Titular)** – Área Empresarial - Associação
(183) Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu; **Rodrigo Bautar Auffinger (Suplente)** –
(184) Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – CRP-08; **Roland Rodolfo**
(185) **Rutyna(Suplente)** – Movimentos Sociais e Populares – UMP. 2) **Reuniões**
(186) **realizadas: a)** Dia 11 de Dezembro de 2013: Reunião Extraordinária da Câmara
(187) Técnica de Planejamento que foi solicitada na 22ª Reunião Ordinária do
(188) CONCIDADES-PR; **b)** Dia 19 de Março de 2014: Reunião com a Comissão
(189) Organizadora da 23ª Reunião Ordinária; **Informes Gerais: a)** Disponibilizado por e-
(190) mail: Ata da 22º Reunião Ordinária do CONCIDADES PR; Pauta e Programação da
(191) 23ª Reunião Ordinária do CONCIDADES PR; **b)** Decreto 9826, de 31 de Dezembro
(192) de 2013, que alterou a composição do Poder Público Estadual Art. 1º, inciso II, do
(193) Decreto 6.654, de 05 de Abril de 2010. A proposição da nova composição do Poder
(194) Público Estadual visa incorporar representantes de Secretarias e órgãos com maior
(195) aproximação às questões das Cidades – *SEDU, SEIL e PARANACIDADE* - excluindo
(196) de sua composição os representantes da *Secretária de Estado da Agricultura e de*
(197) *Abastecimento – SEAB, Secretaria de Estado da Cultura – SEEC e Secretaria de*
(198) *Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM.* **2. Aprovação da**
(199) **Pauta da 23ª Reunião Ordinária:** pauta aprovada por unanimidade de votos. **3.**
(200) **Leitura e Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária:** O Sr. Secretário
(201) Executivo dispensou a leitura da Ata da 22ª Reunião, pois a mesma já havia sido
(202) enviada para todos os Conselheiros do CONCIDADES PR feita essas considerações
(203) a Ata foi aprovada por unanimidade. **4. Indicação da Comissão Organizadora da**
(204) **24ª Reunião Ordinária** - foi composta pelos seguintes Conselheiros: Claudio de
(205) Jesus Oliveira Esteves – Poder Público Estadual; Cincinato Augusto Buzato – Poder
(206) Público Municipal; Orlando Bonette – Movimentos Sociais e Populares; Walter
(207) Xavier – Área Empresarial; Marli Segato Babinski – Área dos Trabalhadores; Paulo
(208) Nobukuny – Área Acadêmica e de Pesquisa e João Ferreira – ONG's. **5. Aprovação**
(209) **calendário Reuniões Ordinárias 2014:** 24ª Reunião Ordinária – **dias 05 e 06 de**
(210) **Junho de 2014;** 25ª Reunião Ordinária: **21 e 22 de Agosto de 2014;** 26ª Reunião
(211) Ordinária: **20 e 21 de Novembro de 2014;** **6. Apresentação Câmara Técnica de**
(212) **Saneamento,** feita pela Conselheira Marli Segato Babinski, a qual leu o relatório
(213) final: A Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, em 27 de junho de 2012, no
(214) Hotel Master, à Rua Francisco Torres, 285, Centro, Curitiba, Paraná, desenvolveu
(215) seus trabalhos, sendo efetuada a apresentação pela Conselheira Rosana Maria Bara
(216) Castella. Foi solicitado o encaminhamento ao Executivo Estadual, com cópia ao
Ministério Público, solicitação de concurso público de caráter emergencial, na área



(217) ambiental tendo como justificativa a apresentação realizada por técnico do Instituto
(218) das Águas do Paraná, seguida de debate dos Conselheiros, onde foi constatado que
(219) falta profissional técnico qualificado na área de saneamento ambiental. Outro
(220) encaminhamento foi solicitação de realização de concurso e contratação para cargos
(221) técnicos nos seguintes órgãos: Instituto Ambiental do Paraná, Instituto das Águas do
(222) Paraná, bem como para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. A Câmara
(223) Técnica de Saneamento Ambiental, em 20 de fevereiro de 2013, no Hotel Master, à
(224) rua Francisco Torres, 285, Centro, Curitiba, Paraná, desenvolveu seus trabalhos,
(225) sendo efetuada a apresentação pela Conselheira Rosana Maria Bara Castella, dando
(226) início à reunião, com a presença do assessor da SEMA, Eduardo Gobbi. Este, de
(227) forma genérica justificou que estaria encaminhando o material solicitado, ou seja, a
(228) minuta da Política de saneamento e resíduo, já solicitada por meio de ofício
(229) encaminhado pelo CONCIDADES. O mesmo assessor, de forma genérica, explanou
(230) que a política de recursos hídricos precisa ser desenvolvida levando em conta os
(231) planos de bacia que não existem A SEMA, segundo o já citado assessor, discute a
(232) possibilidade de construir uma política única de Sistema Ambiental, porém, a política
(233) de recursos sólidos, que é recente, está bem consolidada em nível de governo federal,
(234) que adotará como diretriz de ação, a separação das políticas de resíduos sólidos das
(235) políticas de recursos hídricos. No que tange ao Estado do Paraná, conforme o
(236) referido assessor, a SEMA elaborou uma minuta tratando da política em tela, bem
(237) como das ações a serem objetivadas pelo órgão, que devido a possível troca de
(238) secretário, está um pouco conturbada, uma vez que haverá troca de equipe e outros
(239) encaminhamentos. A Câmara Técnica de Saneamento aguardará a minuta que trata
(240) da política referida. A Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, em 11 de junho de
(241) 2013, no Salão Tingui do Hotel Master, à rua Francisco Torres, 285, Centro,
(242) Curitiba, Paraná, desenvolveu seus trabalhos, sendo efetuada a apresentação pelo
(243) Conselheiro Paulo Nobukuni. A Conselheira Rosana Bara Castella informa que se
(244) afastará do Concidades PR, portanto, elegeu-se para coordenar a Câmara de
(245) Saneamento Paulo Nobukuni, como titular, bem como Mauro Sérgio Langowski,
(246) como suplente. Como secretária da reunião, escolheu-se Honorina Irene Silva Santos.
(247) Leu-se o ofício enviado à SANEPAR sobre onde este órgão possui concessão ou não.
(248) A SEDU respondeu que a SEMA é que deve responder sobre o assunto. Ainda se
(249) esclareceu que foi enviado o ofício Concidades 013/2013, datado de 02 de abril de
(250) 2013, nada se obtendo até o momento. A referida Câmara decidiu levar à plenária do
(251) Concidades para que se aprove uma solicitação à SEMA para que se expliquem os
(252) motivos de nada ter respondido. Rosana Bara Castella procurará obter informações
(253) sobre onde se encontra o referido ofício, visto que trabalha na SEMA. Rosana ainda
(254) informou que os dados sobre os conselhos municipais do meio ambiente encontram-
(255) se na página do Conselho Estadual do Meio Ambiente - SEMA, o que responde um
(256) dos questionamentos do referido ofício. Como o saneamento tem reflexo na saúde,
(257) bem como no texto básico da 5ª Conferência tem-se como um dos eixos as políticas
(258) setoriais e a questão da integração, que se passe a discutir e deliberar sobre as
(259) políticas integradas, como por exemplo, o saneamento relacionado à saúde. Como é
importante que se encaminhe, de fato, o que é discutido e decidido pelo Concidades



(260) PR, a câmara encaminha à plenária que o referido conselho transforme-se em lei,
(261) sendo ele consultivo e deliberativo. Que o anteriormente proposto seja discutido e
(262) deliberado na 5ª Conferência Estadual, em Foz do Iguaçu. Ainda, que a situação do
(263) Concidades PR em lei, seja discutida com o Ministério Público. Devido a não
(264) existência ou fragilidade de planos diretores, devem os mesmos ser implantados com
(265) responsabilidade, o que envolve corpo técnico e a exposição dos mesmos em portais
(266) pela rede mundial, disponíveis em sítio próprio. Ainda discutiu-se que para haver
(267) continuidade de políticas, elas devem ser de Estado e não de governo. A Câmara
(268) Técnica de Saneamento Ambiental, em 17 de julho de 2013, no Salão Tingui do
(269) Hotel Master, à rua Francisco Torres, 285, Centro, Curitiba, Paraná, desenvolveu
(270) seus trabalhos, sendo efetuada a apresentação pela Conselheira Marli Segato
(271) Babinski. Foi designada como secretária Neusa Matias Catarino e como
(272) coordenadora Marli Segato Babinski para presidir a reunião. Na sequência deu-se
(273) início com o debate sobre a memória da reunião anterior, relativo às demandas que
(274) foram tiradas para discussão. Sandro Silveira, da SEMA, substituto de Rosana Bara
(275) Castella entregou as respostas referente aos ofícios solicitados na reunião anterior,
(276) delineados na Câmara Técnica e enviados à SANEPAR, solicitando o município que
(277) tem concessão e o município onde a SANEPAR não atua, bem como o relatório dos
(278) conselhos do Meio Ambiente. Em seguida foi feita a discussão sobre os relatórios e
(279) também sobre o saneamento, meio ambiente, os lixões e preservação das nascentes
(280) como fator primordial para viabilizar a sustentabilidade. Diante do exposto conclui-
(281) se que a SANEPAR deve informar à câmara em pauta, de maneira mais clara e
(282) conclusiva, as medidas tomadas e ou suas ações sobre as nascentes, tratamento de
(283) esgoto e os resíduos sólidos e líquidos. Para a próxima reunião ficou de discutir-se a
(284) Lei Nacional de Saneamento bem como a Minuta Estadual de Saneamento. A
(285) Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, em 23 de outubro de 2013, no Salão
(286) Tingui do Hotel Master, à rua Francisco Torres, 285, Centro, Curitiba, Paraná,
(287) desenvolveu seus trabalhos, sendo efetuada a apresentação pela Conselheira
(288) Honorina Irene da Silva Santos, que leu a ata anterior da reunião. Após, discutiu-se
(289) um conjunto de temas, sendo em primeiro plano, a não resposta do Diretor presidente
(290) da Sanepar, quanto ao ofício Concidades PR 027/2013. Em seguida, tratou-se sobre a
(291) solicitação de esclarecimento à chefia de Lindelma Furtado de Melo Chionpato, do
(292) motivo que a mesma não participou da 22ª reunião ordinária do Concidades - PR.
(293) Debateu-se que cabe informar ao governo estadual e a cada liderança partidária da
(294) Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da necessidade que o Concidades PR
(295) seja deliberativo, estando isto em lei. Deliberou-se que a executiva do Concidades
(296) PR possibilite a vinda de João das Águas, de Londrina, para uma palestra junto à
(297) Câmara Técnica de Saneamento. Decidiu-se que há necessidade de formação
(298) continuada dos conselheiros do Concidades Paraná, bem como daqueles dos
(299) municípios, em relação ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como
(300) do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, assim como o acesso aos referido
(301) fundo, às práticas do planejamento territorial e às políticas integradas. Decidiu-se
(302) catalogar as boas experiências populares e colocar na página da rede mundial e/ou
algo similar, como em *slide show* e outras mídias. Deliberou-se que é importante



(303) discutir a especulação imobiliária relacionando o assunto ao saneamento ambiental.
(304) O Conselheiro Paulo Nobukuni apresentou o projeto PROEXT 2015, a qual propôs a
(305) parceria com este CONCIDADES PARANÁ junto ao Programa intitulado
(306) “Desenvolvimento Territorial de Guarapuava e seu entorno, Estado do Paraná e
(307) desdobramentos em nível estadual, a ser enviado para apreciação, coordenado pelo
(308) Professor Paulo Nobukuni, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Estado do
(309) Paraná, com previsão para ser desenvolvido entre 02 de janeiro de 2015 até 31 de
(310) dezembro de 2016. O qual foi aprovado por unanimidade. Esclarecimentos feito
(311) pelos seguintes Conselheiros: José Aparecido Leite sugere à Câmara de Saneamento
(312) que oficia-se ao Presidente da SANEPAR comunicando que o Conselheiro que foi
(313) nomeado não participou de nenhuma reunião do Conselho e que, portanto,
(314) encaminhe outra indicação; Osni Basilio Mendes complementa a fala de José Leite
(315) afirmando que haverá apenas mais três reuniões do Conselho no ano e que, se o
(316) Conselheiro for notificado somente na terceira ausência, já serão inválidos os
(317) objetivos do ano. Sergio Doszanet sugere que a Câmara Técnica solicite aos onze
(318) (11) Conselhos Municipais que repassem aos municípios essa verificação do plano
(319) básico de saneamento e encaminhe o relatório ao Conselho Estadual. Relatório final
(320) aprovado por unanimidade. **7. Apresentação Câmara Técnica de Trânsito,
(321) Transporte e Mobilidade Urbana**, feito pelo Conselheiro José Aparecido Leite, o
(322) qual fez as seguintes considerações: Relatório final da CT de Trânsito – Dia 18 de
(323) novembro de 2011, **Dia 18 de novembro de 2011**, José Leite solicitou à Secretaria
(324) Executiva deste Conselho uma reunião extraordinária com a convocação de
(325) responsável para apresentação dos projetos/programas/planos da SEDU para o
(326) Estado do Paraná e seus financiamentos e a atuação do Estado nas diretrizes das
(327) políticas de mobilidade urbana. **Dia 21 de março de 2012** - Foi solicitado a presença,
(328) nas próximas Reuniões da Câmara Técnica, do responsável da Secretaria de
(329) Infraestrutura e Logística para prestar informações a respeito da acessibilidade nos
(330) transportes público; Foi solicitado também à Secretária de Estado do
(331) Desenvolvimento Urbano SEDU-PR para auxiliar e alertar os municípios a respeito
(332) da mobilidade urbana e plano diretor. **Dia 27 de junho de 2012**: No início da
(333) apresentação foi exposto que a Sra. Elizabete, Técnica – DER, foi solicitada para vir
(334) a essa Câmara para explicar sobre a questão da licitação das concessionárias do
(335) transporte coletivo intermunicipais, mas não pôde comparecer por motivos de agenda
(336) da mesma; A Câmara solicitou que seja enviado um ofício para a Secretaria de
(337) Infraestrutura solicitando as diretrizes do plano diretor para ser entregue em mãos o
(338) ofício para o Secretário de Infraestrutura. Foi também solicitado por esta Câmara o
(339) envio de um ofício ao Ministério Público do Paraná solicitando o acompanhamento
(340) nas visitas da observadora Maria Vitória. Foi pedido que fosse feito um ofício para a
(341) COMEC para verificação do transporte coletivo metropolitano, para inclusive haver
(342) um representante desta entidade na visita ao Secretário José Richa. Foi pedido para
(343) encaminhar um ofício para a Assembleia solicitando alguém da frente parlamentar de
(344) mobilidade urbana para que compareça a próxima reunião da Câmara de Trânsito.
(345) Foi pedido explicações para a Secretaria da Copa sobre a acessibilidade no aeroporto
Afonso Pena. Foi solicitado o encaminhamento de um ofício para o Ministério



(346) Público pedindo acompanhamento e investigação das razões de adoção de solução
(347) viária para a interseção entre a Rua Francisco H. dos Santos com a Avenida das
(348) Torres com custo superior a 10 vezes as soluções tradicionais já implantadas em
(349) Curitiba. **Dia 22 de agosto de 2012:** Foram feitos alguns encaminhamentos pelo
(350) conselheiro José Aparecido Leite: 1) Encaminhar ofício à Prefeitura e ao IPPUC
(351) sobre as considerações da plenária sobre o debate ocorrido na reunião extraordinária
(352) de 01 de agosto de 2012; 2) Encaminhar ofício à Secretaria de Estado de
(353) Infraestrutura e Logística solicitando a verificação da situação dos projetos de
(354) requalificação e duplicação da Rodovia PR 445, em Londrina, em face da
(355) insegurança verificada na Rodovia; 3) Reencaminhar ao Superintendente da
(356) INFRAERO Antonio Pallú o ofício CONCIDADES 043/2012 ; 4) Encaminhar ofício
(357) para Promotoria Pública do Patrimônio de Curitiba, com os seguintes presentes:
(358) Valter Fanini, Valdir Mestriner e José Leite. **28 de novembro de 2012:** Participou da
(359) câmara técnica o senhor Luiz, coordenador do Plano Diretor Multimodal – PDM pelo
(360) Instituto de Planejamento de Curitiba – IPPUC, onde o mesmo frisou que o projeto
(361) visará a efetividade da mobilidade/ acessibilidade urbana; Falou sobre a ação que
(362) corre contra a ALL, em que a proposta contempla a retirada do trem de carga,
(363) utilizando o percurso da linha para transporte coletivo, possibilitando a integração da
(364) população das regiões metropolitanas ao centro da capital; A Senhorita Maria Vitória
(365) solicitou as informações quanto a previsão de audiências públicas. Luiz disse que
(366) haverá a necessidade de discussão e provavelmente ocorrerão audiências públicas.
(367) **Dia 20 de fevereiro de 2013:** O conselheiro Valter Fanini fez um relato sobre a
(368) licitação que ocorrerá para definição das linhas municipais e metropolitanas, uma vez
(369) que as licitações são fragmentadas, onde cada região delibera de uma forma. Nesse
(370) sentido a referida Câmara Técnica elaborou a Nota Técnica nº 01/13 solicitando ao
(371) Estado que providencie o marco legal para regulamentação do transporte público.
(372) **Dia 11 de junho de 2013:** Esteve presente na reunião o representante do DER; onde
(373) o mesmo apresentou que está sendo discutido o plano diretor do transporte. A
(374) intenção é lançar em agosto o edital e licitação; Foi falado também dos ônibus e suas
(375) validades, que tem prazo de dez a quinze anos, mas as empresas já compram ônibus
(376) usados e as novas frotas virão com o selo do Inmetro dizendo que tem acessibilidade.
(377) Por fim ficou decidido que o representante do DER voltará em próxima oportunidade
(378) pois não teve quorum a reunião. **Dia 17 de julho de 2013:** Foi registrada a nossa
(379) insatisfação com relação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) que nos
(380) enviou um ofício com o nome do servidor que estaria presente para nos dar
(381) esclarecimento, mas o mesmo não compareceu nem sequer se justificaram; O Sr.
(382) Ricardo Tempel Mesquita fez a leitura dos ofícios recebidos, inclusive o do DER que
(383) nominou o Sr. Paulo Roberto Ferraz de Andrade para vir prestar esclarecimentos; Foi
(384) falado também sobre a Nota Técnica do transporte coletivo da região metropolitana,
(385) que foram enviados ofícios à COMEC, à SEIL, ao Governo do Estado com cópia
(386) para a SEDU e até hoje não obtivemos nenhuma resposta. **Dia 24 de Outubro de**
(387) **2013:** José Leite, que iniciou sua explanação dizendo que, por solicitação da Câmara
(388) Técnica, a Sra. Josefina Scaramella, representando o DER, se apresentou à Câmara,
explicando que não iria fazer uma apresentação, mas prestaria quaisquer



(389) esclarecimentos que se fizesse importante. Questionada sobre a frota de ônibus a Sra.
(390) Josefina explicou que a frota intermunicipal e de ônibus metropolitano já se
(391) encontrava com 68 % adaptada. O Conselheiro José Leite reiterou que há empresas
(392) de ônibus no Brasil que fazem ônibus adaptado, mas que vendem para Costa Rica.
(393) Sobre o sistema metropolitano, a Sra. Josefina explicou que, para o final do ano, o
(394) DER está aguardando a finalização do Plano Diretor de Transporte do Estado.
(395) Esclarecimentos feito pelos seguintes Conselheiros: Osni Basilio Mendes
(396) demonstrou uma preocupação a todos os integrantes, não só da Câmara de
(397) Saneamento, mas a todas as outras, dizendo que o Conselho deve se posicionar com
(398) relação aos indicados para representação das entidades que, ao tratar de assuntos,
(399) precisam de responsabilidade pelo que se faz. Segundo o Conselheiro, a
(400) representante da DER compareceu à reunião da Câmara de Trânsito com total
(401) deboche para com a CT e demonstrou total desconhecimento com os assuntos
(402) relacionados à acessibilidade, trazendo afirmações absurdas quando questionada
(403) pelos conselheiros. Afirma que o Conselho deve ter o compromisso de deixar público
(404) o repúdio e, como resposta ao órgão que enviou o representante, o descontentamento
(405) pelas informações e que, assim, consiga-se ampliar o debate. Sugere que as Câmaras
(406) devem criar um mecanismo de controle do que é realizado pela mesma; Sebastião
(407) Francisco Rego comenta que é cabível ao Conselho fazer uma investigação e solicitar
(408) esclarecimentos ao Ministério Público sobre as obras de construção da ponte
(409) estaiada. Rui Rossetim sugere a Pauta para próxima reunião da CT de Trânsito
(410) pavimentação da PR 364 trecho entre Irati e São Mateus do Sul; Marli Segato
(411) Babinski comenta que, apesar de haver um planejamento, não há execução nem
(412) fiscalização das obras, fiscalização da qualidade do material, entre outros pontos
(413) importantes. Que há falta de inserção do próprio Conselho e, por isso, é preciso que o
(414) Conselho consiga atuar e dar os direcionamentos diretamente no planejamento.
(415) Aponta ainda, que é necessário tornar o Conselho deliberativo, para ser respeitado e
(416) ouvido de fato; Secretário Executivo Mauro Rockenbach respondeu o que lhe cabia:
(417) “Em resposta à Conselheira Marli, foi votado na 5º Conferência Nacional das
(418) Cidades e já existe um grupo ministerial que está trabalhando na questão das
(419) deliberações e delimitações da abrangência do que significa o Conselho Nacional ser
(420) deliberativo e, por conseguinte, os Conselhos Estaduais deverão seguir
(421) acompanhando. Portanto, esse ano ainda os Conselhos Nacionais e Estaduais serão
(422) deliberativos.” Antônio Marcos Dorigão completou, em réplica ao Sebastião, que a
(423) intervenção do Conselho não foi em relação à suspeita de superfaturamento, o
(424) questionamento é que poderia ter uma solução com custo muito menor que o das
(425) obras da ponte estaiada. **8. Apresentação da Câmara Técnica de Habitação**, feita
(426) pela Conselheira Lindelma de Melo Chionpato a qual leu a Ata da referida Câmara
(427) que é a seguinte: Ata da Câmara Técnica de Habitação - Ao décimo quinto dia de
(428) abril de dois mil e quatorze, às 13:30 horas se reuniram na Sala Barigui a CT de
(429) Habitação do Conselho Estadual das Cidades do Estado do Paraná, tendo como pauta
(430) os assuntos a seguir: o Coordenador Guatassara solicitou a participação
(431) representativa da SEDU neste Conselho, a presença do Secretário deverá ser
obrigatória, como é a do Ministro das Cidades nas reuniões nacionais. Ele é quem



(432) pode decidir portanto, deverá estar presente: “No Conselho Nacional estão
(433) diretamente ligados a todas as Secretarias envolvidas, por exemplo, a Mobilidade
(434) Urbana e o Ministério dos Transportes, então há uma ligação, eles se falam entre si,
(435) diferente deste Conselho que além de tudo temos o Conselho Estadual de Habitação
(436) de Interesse Social, temos a COHAPAR e não estamos nos falando, nos
(437) interligando.” A SEDU tem a coordenação geral deste Conselho, a ela cabe fazer esta
(438) ligação. Quando o Dr. Gilmário, presente neste momento na reunião da CT, informou
(439) que ele é Conselheiro titular e a Lyana Suplente – representantes da SEDU no
(440) Conselho. O Conselheiro Sebastião sugeriu que haja um tempo para que os
(441) segmentos possam se reunir, um espaço, um debate. O Conselheiro Ronald Drabik
(442) sugeriu que as CT deverão ter uma organização contínua, organizando os
(443) documentos, as respostas aos ofícios, as memórias das reuniões anteriores. A
(444) observadora Clarice sugeriu que o próprio estagiário poderá fazer este serviço, desde
(445) que se capacite o mesmo para a participação, que seja orientado do trabalho que vai
(446) realizar. No Ministério das Cidades não tem reunião sem Ministro. Nossas reuniões
(447) são bem distantes, tempo suficiente para elaborar uma agenda junto ao Secretário,
(448) para que o mesmo possa comparecer e permanecer o tempo todo das Reuniões, já
(449) que são apenas quatro Reuniões por ano. O Conselheiro Gilmário compareceu para
(450) solicitar um relato para ser entregue aos novos Conselheiros. A Conselheira
(451) Lindelma informa que o relato são todos os trabalhos realizados, cópias das atas tanto
(452) das câmaras técnicas como das plenárias, onde já estão relatados os trabalhos. O
(453) Conselheiro Bonete disse que a organização do relatório é o legado que podemos
(454) deixar sendo necessário a integração com o Conselho Estadual de Habitação,
(455) principalmente esta CT. Conselheiro Denilson informa que a estrutura atual foi
(456) criada não para funcionar, e sim para brincar com o controle social: “As questões
(457) políticas devem ter início, meio e fim, constatando que o Conselho Estadual das
(458) Cidades não fala com as Cidades e tão pouco com o Conselho Nacional das Cidades
(459) e Ministério das Cidades: “O que se tem de novo, o que foi criado o que foi
(460) reformado, não sabemos, não nos falamos, e reafirma a presença do Secretario aqui
(461) deve ser obrigatória.” A Conselheira Maria das Graças diz: “Precisamos voltar para
(462) nossa casa o prédio da SEDU, estamos desvinculados do Conselho Estadual de
(463) Habitação, e não e só a SEDU mas todas as Secretarias. É necessário se relacionarem
(464) com as entidades que tem assento.” O Conselheiro Anselmo falou sobre o tempo da
(465) viagem, que vem de Foz do Iguaçu e às vezes fica na Rua até dar horário de entrar
(466) no Hotel. Comenta que as reuniões deveriam iniciar as 08:00 horas e terminar às
(467) 18:00 horas. O Conselheiro Cesar confirmou além da hospedagem a alimentação. A
(468) Conselheira Lindelma fala que isto é um desrespeito com o Conselheiro. O
(469) Conselheiro Sebastião vem falar sobre a importância de passar as coisas pelo
(470) Conselho. Um exemplo de Londrina, em que não há previsão de conclusão da obra
(471) por falta de recurso, a qual só se tem conhecimento pela imprensa, o prefeito não fala
(472) e nada passa pelo Conselho. Conselheiro Guatassara pede para fazer uma
(473) consideração, não existe um modelo de Conselho, onde chegar, como e o que se faz.
(474) A Conselheira Lindelma diz que o Paraná é referência em tudo, inclusive poderia se
organizar para ser o modelo. Conselheiro Cesar fala sobre resgatar o



(475) comprometimento. Em seguida, a relatora Lindelma faz a leitura da ata da última
(476) reunião de 23 de outubro de 2013, em que a mesma solicita que se registre em ata a
(477) necessidade da Secretaria Executiva deste Conselho informar as instituições sobre a
(478) importância da participação dele aqui neste Conselho. No caso dela, pela COHAB o
(479) poder público municipal de Londrina ocupou a cadeira através da AMEPAR
(480) (Associação de Municípios do Médio Paranapanema) e a mesma sofreu o descaso do
(481) atual presidente da COHAB em não deixá-la participar da reunião, como também
(482) não permitiu sua ida até a 5ª Conferência Nacional. A Conselheira Maria das Graças
(483) solicitou a palavra e deixou como proposta da União Por Moradia Popular que se
(484) cobre este ponto, como está, o que se está fazendo. A Conselheira Lindelma fala:
(485) “Imagina o cidadão comum que aguarda estas informações. Exemplo meus pais,
(486) Paulo Pestana, trabalhador, pai do Denilson, vão ficar sabendo quando? Nunca.” A
(487) observadora Clarice sugere que se cobre da Caixa Econômica Federal e do Banco do
(488) Brasil informações sobre o faixa 1 e o restante ao Ministério, pois se justifica a
(489) dificuldade de se apurar o déficit habitacional. A Conselheira Josely da COHAPAR
(490) diz ser difícil que às vezes a mesma família tem inscrição em 03 cidades, ou três da
(491) mesma família estão com três inscrições. O conselheiro Denilson: “Sem um
(492) diagnóstico não tem como fazer o prognóstico. Necessário uma recomendação aos
(493) municípios de como estão os Conselhos Municipais através de documentos.” A
(494) Conselheira Lindelma diz que recebeu uma reclamação de que Londrina novamente
(495) ainda não deu posse aos seus Conselheiros e continua vigente o CMC, o do plano
(496) diretor. As entidades precisam apresentar uma planilha de suas unidades. A
(497) Conselheira Maria das Graças disse que está construindo unidades em Borrazópolis.
(498) A Conselheira Lindelma diz: “Com todo respeito a Borrazópolis e minha
(499) inesquecível Cafeara cento e vinte e quatro casas em Borrazópolis quarenta e em
(500) Cafeara seria duas mil casas em Londrina na proporcionalidade.” A observadora
(501) Clarice sugeriu que se passe as respostas da Caixa o que temos por e-mail, para que
(502) possamos estudar, e quando se discutir, quando voltar a falar sobre isso qual a
(503) metodologia. O Conselheiro João Verçosa fala como sugestão mais reuniões nas
(504) plenárias. Ele observa que se falta assunto na CT também não se terá o que levar nas
(505) plenárias, quem faz a política habitacional é a COHAPAR, o que ela está fazendo?
(506) Ele acha que e perder tempo os números, é melhor ver no geral, análise e proposta de
(507) forma objetiva, discussão política. Maria das Graças diz: “João concordo com o que
(508) você disse, só não concordo em relação aos números, eles são importantes sim. Veja
(509) o ‘farzinhão’, as construtoras não querem construir, é preciso do diagnóstico. Número
(510) é importante, para você saber o que fazer.” Devemos exigir reunião extraordinária
(511) para esses assuntos, data para discussão das unidades habitacionais no Estado,
(512) formação de grupos de trabalhos. E o Conselheiro Denilson ressalta que é necessário
(513) rever o calendário devido grande distanciamento entre uma reunião e outra.
(514) Contendo as seguintes deliberações: A participação do Secretário e Presidente do
(515) CONCIDADES PR nas Reuniões do Conselho; Um tempo maior para encontro dos
(516) segmentos, buscando uma metodologia que integra; E como estão os Conselhos
(517) Municipais, já foram empossados? Estão trabalhando?; Reformular o Regimento
Interno, proponho que seja formada uma Comissão para fazer essas alterações.



(518) Esclarecimentos feito pelos seguintes Conselheiros: Orlando Bonette complementou
(519) a fala da Conselheira Lindelma sobre a necessidade de haver alguém acompanhando
(520) as Câmaras, fazendo os relatórios e apresentando documentação às entidades
(521) solicitadas; Paulo Nobukuni comentou que o Conselho deve garantir um espaço para
(522) discussões e que, ainda, o Conselho não está discutindo o SNDU e o FNDU
(523) adequadamente, nem mesmo nas Conferências; Marli Segato Babinski completou
(524) que foi enviado um Ofício ao corpo técnico da SANEPAR, SEMA e outros,
(525) comentando que de fato tudo perpassa pela política. Comentou ainda que os
(526) Conselheiros devem procurar os prefeitos, a comunidade. Concluindo, falou sobre
(527) sua atenção frente ao aumento da tarifa do transporte público em Pato Branco,
(528) reiterando a importância da atuação dos conselheiros; Denilson Pestana da Costa
(529) complementou a fala da Conselheira Lindelma dizendo que o sentimento, neste final
(530) de mandato, é o de que poderia ter sido feito mais. A estrutura que o Conselho tem
(531) hoje precisa ser reformulada, pra que se possa dar vazão às demandas do mesmo.
(532) Coloca que não é impossível discutir políticas públicas de desenvolvimento com tal
(533) estrutura, com reuniões a cada noventa dias. É necessário a otimização do tempo.
(534) Propõe também a reformulação do Regimento Interno, sugerindo que seja formada
(535) uma Comissão para fazer essas alterações; Silvio José Gonçalves comentou que foi
(536) falado em todas as CT sobre o respeito em relação aos Conselheiros ficando claro
(537) que isso não se tem para com os mesmos. Falou também sobre o descaso com os
(538) Conselheiros vindo do interior, em relação aos horários de hospedagem e partidas da
(539) viagem. Além disso, coloca que o Poder Público não tem respeito ante o Conselho,
(540) findados os esclarecimentos tanto a proposição de reformulação do Regimento
(541) Interno quanto o relatório final foram aprovados, havendo um voto contrário do
(542) Conselheiro Gilmário Ferraz da Silveira. **9. Apresentação Câmara Técnica de**
(543) **Planejamento** feita pela Conselheira Rosa Maria Moura da Silva A Câmara Técnica
(544) de Planejamento, Uso do Solo e Territorialidade, durante o mandato 2011-2014,
(545) debateu quatro temas principais: (i) Política Estadual de Desenvolvimento Urbano (a
(546) partir da qual foi produzida uma Nota Técnica aprovada na 16ª Reunião Ordinária do
(547) CONCIDADES), (ii) as concessões de rodovias e o pedágio no Estado do Paraná,
(548) (iii) os Planos Diretores Participativos no Estado do Paraná e (iv) a Regularização
(549) Fundiária. Além destes, havia na definição do Plano de Trabalho aprovado na
(550) reunião inicial em 21 de março de 2012, a deliberação para discutir a Regionalização
(551) do Estado (micro e macro, incluindo exposição do Ministério da Integração
(552) Nacional). Este tema não foi discutido em função da criação de Grupo de Trabalho
(553) específico para esta finalidade. Sobre os temas discutidos, cabe destacar: 1. **Política**
(554) **Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional** - Foram solicitados
(555) insistentemente esclarecimentos sobre a ausência de Política Estadual de
(556) Desenvolvimento Urbano e Regional, desde o início do mandato desta gestão do
(557) CONCIDADES. Embora a Nota Técnica tenha gerado repercussão no âmbito da
(558) SEDU, as informações prestadas não apontaram para soluções sobre os principais
(559) questionamentos apresentados: Os documentos produzidos pelo Governo do Estado
(560) do Paraná ligados à Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, contendo: (i) os
diagnósticos que lhe dão sustentação, (ii) os seus princípios gerais, (iii) as estratégias



(561) de ação, (iv) as metas a serem atingidas, (v) os programas e projetos previstos ou em
(562) fase de implantação, (vi) os instrumentos de sua implementação e (vii) os recursos
(563) financeiros vinculados aos orçamentos do governo do Estado para sua implantação
(564) detalhando-se suas fontes; A estrutura funcional e o quadro próprio de pessoal das
(565) entidades diretamente vinculadas à elaboração e implementação de Políticas Públicas
(566) Urbanas, em especial a SEDU, o Paranacidade e os Órgãos Metropolitanos das
(567) Regiões Metropolitanas de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel; Os estudos
(568) elaborados pelo governo do estado para o redimensionamento dos quadros de
(569) funcionários das entidades acima mencionadas para o cumprimento de suas
(570) atribuições legais. Foi solicitado ainda que fosse criado um grupo técnico
(571) intersecretarial do Governo Estadual, com a participação de representantes do
(572) CONCIDADES, cujo objetivo seria de operacionalizar a adequação entre a Política
(573) Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional já existente e as proposições do
(574) atual governo. O prazo de 45 dias para cumprir tal deliberação não foi cumprido.
(575) Finalmente, a Câmara Técnica solicitou o posicionamento do novo Secretário de
(576) Desenvolvimento Urbano, Ratinho Jr., e de sua equipe sobre a Nota Técnica
(577) 001/2012 da Câmara Técnica de Planejamento, Uso do Solo e Territorialidade e
(578) sobre as respostas insuficientes exaradas no Ofício SEDU/DG 0127. Conclui-se que,
(579) desde a apresentação da referida Nota Técnica até o momento, permanecem as
(580) mesmas lacunas em relação à Política de Desenvolvimento Urbano do Estado do
(581) Paraná. **2. Concessões de rodovias e pedágio** - A Câmara Técnica pautou este tema
(582) com o objetivo de tomar conhecimento sobre a forma como tais concessões vêm
(583) sendo realizadas e de propor medidas que preservem o interesse público nas
(584) concessões, em vista das informações de que no percurso de convocatória das
(585) licitações para atribuição das concessões, os respectivos editais não tem respeitado
(586) todos os ditamos legais e princípios administrativos que lhes são exigidos e não
(587) houve manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. As
(588) informações prestadas trataram: (i) qualidade do serviço prestado x valor; (ii)
(589) validade e legalidade do contrato, reajustes e aditivos; (iii) modelo de gestão
(590) (AGEPAR); (iv) ausência de transparência na divulgação de dados como, por
(591) exemplo, número de usuários; (v) possíveis investimentos de recurso público nos
(592) contratos dos pedágios; (vi) obras realizadas ao longo da execução do contrato
(593) original, até os dias de hoje; (vii) taxas de retorno altíssimas, discrepantes em relação
(594) ao que se pratica em outros contratos atualmente. Em face dos debates realizados e
(595) das informações prestadas a Câmara Técnica elaborou parecer, considerando as
(596) contradições verificadas nos documentos, bem como nos depoimentos de
(597) representantes do DER e do Fórum Contra os Pedágios, relatando: a) A
(598) descaracterização do objeto original firmado no edital de licitação para concessão das
(599) rodovias pedagiadas, ocorrida a partir dos aditivos contratuais e do elevado número
(600) de demandas judiciais incidentes estritamente sobre os termos dos contratos e
(601) respectivos reajustes (até 23 de janeiro de 2013 existiam as seguintes quantidades de
(602) ações judiciais: Caminhos do Paraná (27); Ecocataratas (24); Econorte (47); Ecovia
(603) (33); Rodonorte (37); Viapar (36) b) Que não há como cogitar a renovação dos
contratos de concessão dos pedágios estaduais, em vista da ausência de interesse



(604) público caracterizada pelos prejuízos aos usuários, ao desenvolvimento econômico
(605) do Paraná e ao próprio patrimônio público do Estado. c) Que as concessionárias
(606) deverão realizar até o final do atual período de vigência contratual as obras previstas
(607) inicialmente, concomitantemente à redução tarifária, face a taxa interna de retorno
(608) elevada em relação ao contexto econômico passado, presente e projetado. A Câmara
(609) propõe ainda a obrigatoriedade de publicização e da participação social na gestão de
(610) todos os contratos de concessão em que o Estado do Paraná seja parte contratante,
(611) com mediação e tradução técnica de forma a torná-los acessíveis a todos os cidadãos.
(612) Sugere-se um quadro de medição da execução dos contratos no site do Governo do
(613) Estado, com a síntese de todas as obras realizadas e a inclusão de mecanismo de
(614) controle da taxa de retorno nos contratos. 3. **Plano Diretor** - O objetivo inicial da
(615) Câmara Técnica era avaliar os resultados para a sociedade da ampla disseminação de
(616) Planos Diretores Municipais no Estado do Paraná, que cobriu quase a totalidade dos
(617) municípios. O início do prazo de revisões dos Planos Diretores a partir de 2013
(618) indica que esta tarefa se torna ainda mais importante. As informações prestadas dão
(619) conta de que, apesar da aprovação de leis de Planos Diretores na quase totalidade dos
(620) municípios, a adoção de instrumentos política urbana, a efetiva participação da
(621) sociedade na sua elaboração e acompanhamento e a operacionalização da sua
(622) aplicação ainda estão muito aquém do desejado. Em vista disso, a Câmara propõe a
(623) discussão: (i) do Termo de Referência de Revisão dos PDs, que está em elaboração
(624) pelo PARANACIDADES, (ii) do financiamento das revisões de Plano Diretor, (iii)
(625) da necessidade de manter a estrutura de vinculação do Plano de Ação e Investimento,
(626) mas aprofundar a relação com o PPA e as leis orçamentárias, (iv) da necessidade de
(627) incorporar o mapeamento de vazios urbanos e (v) a obrigatoriedade de realização de
(628) identificação de áreas de risco em todos os municípios. É importante atentar para que
(629) se evite o aprofundamento de uma perspectiva tecnicista em detrimento da
(630) concentração de esforços no processo participativo, na composição da legislação e no
(631) aparato institucional. Em síntese, a Câmara Técnica define a necessidade de
(632) acompanhamento do processo de revisão dos Planos Diretores pela próxima gestão
(633) do CONCIDADES, considerados os seguintes elementos: i) reflexão e discussão
(634) sobre os conteúdos que devem integrar o Termo de Referência para revisão dos
(635) Planos Diretores, a exemplo do avanço na regulamentação dos instrumentos; ii)
(636) revisão das obrigações dos municípios na Lei n.º 15.229 e iii) realização de processos
(637) participativos com os diversos segmentos da sociedade civil, em todas as etapas da
(638) revisão, incluindo a própria concepção da metodologia de participação. 4.
(639) **Regularização Fundiária** - Não houve reunião que tratou deste tema, entretanto, foi
(640) apresentada uma situação específica sobre o município de São Mateus do Sul e
(641) deliberou-se por realizar o requerimento de informações a diversos órgãos
(642) (COHAPAR, ITCG, SANEPAR, COPEL e Ministério Público). As respostas foram
(643) encaminhadas, com exceção da SANEPAR, mas não houve tempo hábil para análise.
(644) Assim, a Câmara Técnica propõe que os documentos recebidos sejam debatidos pela
(645) próxima gestão do CONCIDADES para que sejam avaliados e haja a continuidade
(646) das discussões. **Conclusão:** O objetivo das Câmaras Técnicas é produzir conteúdo,
resoluções, recomendações e notas técnicas nos temas que lhe são concernentes para



(647) a deliberação da plenária do CONCIDADES. Sobre o atendimento deste objetivo
(648) cabe destacar três dificuldades centrais percebidas por esta Câmara. Em primeiro
(649) lugar, registra-se a dificuldade para produzir os conteúdos de forma qualificada, pela
(650) ausência de suporte técnico e operacional e pelo esvaziamento da Câmara Técnica
(651) resultante da ausência recorrente de diversos conselheiros nas atividades do
(652) CONCIDADES. Sobre isso, esta Câmara Técnica recomenda fortemente que o
(653) CONCIDADES rediscuta os mecanismos de controle da frequência e aplique as
(654) sanções previstas no seu regimento. A segunda dificuldade é invisibilidade dos
(655) trabalhos deste Conselho perante a sociedade. Os debates, notas técnicas e conteúdos
(656) produzidos não são divulgados propriamente, minimizando o retorno à sociedade da
(657) existência do Conselho. É necessário ampliar a divulgação dos assuntos que são
(658) discutidos nas Câmaras Técnicas e no CONCIDADES a toda a sociedade, por meio
(659) de articulação com a mídia e da realização de um trabalho de assessoria de imprensa.
(660) Finalmente, a despeito da colaboração e do esforço da equipe da Secretaria Executiva
(661) do CONCIDADES, registra-se o desinteresse do Estado em relação à produção deste
(662) Conselho. Falta de encaminhamentos, respostas evasivas em relação aos
(663) questionamentos formalizados, pouca reação no que diz respeito às provocações
(664) elaboradas pela Câmara são questões recorrentes. Não existe o reconhecimento do
(665) CONCIDADES como instância que incide sobre as políticas urbanas e regionais do
(666) Estado do Paraná. A Câmara Técnica de Planejamento, Uso do Solo e
(667) Territorialidade conclui ressaltando a importância do tema e da atuação do
(668) CONCIDADES no Estado. Os aspectos abordados neste relatório final orientam para
(669) o fortalecimento do controle social e da participação nos temas relativos ao
(670) Desenvolvimento Urbano e Regional e à Política Pública Estadual. Esclarecimentos
(671) feito pelos seguintes Conselheiros: Valdir Aparecido Mestriner faz um primeiro
(672) reconhecimento à Conselheira Rosa Moura, e depois lamenta que as discussões que
(673) se têm no Conselho pouco enriquecem ou acrescentam à gestão pública e comenta
(674) ainda que o Governo do Estado não ouve ou leva em consideração o Conselho das
(675) Cidades; José Abel Brina Olivo acrescentou que a participação do Presidente do
(676) Conselho se faz necessário nas reuniões, pois o Conselho discute as pautas e a
(677) responsabilidade de implementação é por parte do Poder Público. O Conselheiro
(678) Neuroci Antonio Frizzo reiterou admiração pelo trabalho da Conselheira Rosa Moura
(679) e apontou que o Conselho deve conquistar respeito perante o Governo do Estado.
(680) Enfatizando a necessidade de discutir o regimento interno e, ainda, tornar o Conselho
(681) deliberativo. Feita essas considerações o relatório foi aprovado por unanimidade. **10.**
(682) **Encerramento** feito pelo Secretário Executivo Mauro Rockenbach. Nada mais
(683) havendo a tratar, deu-se por encerrada a 23ª Reunião Ordinária e eu, Lyana Bacil,
Assessora Jurídica deste CONCIDADES PR, lavrei a presente Ata, que após lida e
aprovada será assinada por todos os Conselheiros presentes.



1. Acir Ribeiro de Queiroz
2. Ailton Martins Lima
3. Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento
4. Andrea Luiza Curalinho Braga
5. Antonio Marcos Dorigão
6. Aparecido da Silva Castro
7. Carlos Aparecido S. Melo
8. Cincinato Augusto Buzato
9. Claudio Jesus de Oliveira Esteves
10. Edilene Teresinha da Silva
11. Elair de Macedo E Silva Gracani
12. Eliete de Campos Lima
13. Elizabeth Bueno Cândido
14. Fabio Cesar Stele
15. Fausto Yoshinori Anami,
16. Gilmário Ferraz da Silveira
17. Gislene de Fátima Pereira,
18. Hélio Bampi
19. Hilma de Lourdes Santos
20. Honorina Irene Silva Santos,
21. Iraci Isabel Rocha
22. João Alberto Verçosa Silva
23. João Francisco Ferreira
24. Jocely Maria Thomazoni Loyola
25. José Abel Brina Olivo
26. José Aparecido Leite
27. José Borges
28. José Carlos Sales
29. José de Souza Leal Neto,
30. José Ricardo Vargas de Faria
31. José Rubel
32. Joselli Colaço
33. Jurandir Guatassara Boeira
34. Libina da Silva Rocha
35. Lindelma Furtado de Melo Chionpató
36. Luis Cândido Ferreira Martins,
37. Luiz de Mauro
38. Luiz Eduardo Marques Halila
39. Lyana Bacil
40. Marcia Gomes de Oliveira Marinho
41. Marcos Antônio Levandoski
42. Maria das Graças Silva de Souza
43. Marli Segato Babinski
44. Mauro Sergio Langowski
45. Moacyr Miranda de Oliveira
46. Neuroci Antonio Frizzo
47. Neuza Matias Catarino
48. Nilson Lopes Andrade
49. Olga Lúcia Castreghini de Freitas
Firkowski
50. Orlando Bonette
51. Osni Bazilio Mendes,
52. Paulo Nobukuni
53. Ronald Peixoto Drabik
54. Rosa Maria Moura da Silva,
55. Sebastião Francisco Rego



- 56. Sérgio Ferreira Doszanet
- 57. Silvio José Gonçalves,
- 58. Sirlei Cesar de Oliveira
- 59. Terezinha Aparecida de Lima

- 60. Valdir Aparecido Mestriner
- 61. Walter Xavier
- 62. Zilda Maria Cavalari